

Ass. Const - 6 BRAL

Comissão Arinos quer que analfabeto seja elegível

 ANC 88
 Pasta Jul/Ago 86
 021

Em sua proposta de Constituição, a Comissão Afonso Arinos aprovou ontem a elegibilidade para os analfabetos, que ano passado haviam conquistado o direito de votar através da aprovação de emenda constitucional pelo Congresso.

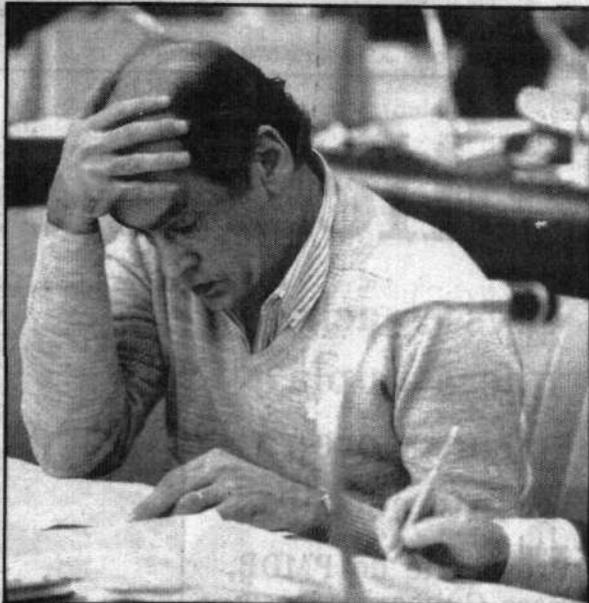
Por diferença de três votos (11 a oito) e com quórum mínimo de 20 conselheiros — o Presidente, padre Fernando Ávila se absteve de votar — a Comissão Arinos foi muito influenciada pelos Conselheiros Cristóvão Buarque, Jorge Amado e Sepúlveda Pertence. O fato determinante dessa posição da Comissão foi uma curta história contada pelo Reitor da Universidade de Brasília, Cristóvão Buarque, dos tempos em que ele trabalhava com o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. Contou Buarque que participava de debate sobre analfabetismo, pregando tese segundo a qual não poderia votar quem não soubesse ler e escrever.

Segundo Buarque, um portuário corpulento que ouvia o seu discurso pediu a palavra e o contestou: 'Votar eu sei. Agora, para ler e escrever eu contrato um doutorzinho que nem o senhor'. Essa história provocou gargalhadas e a proposta da elegibilidade do analfabeto, de autoria de Ferro Costa e Mário Martins, foi aprovada.

Mas se Jorge Amado ajudou a consolidar a vitória dessa norma inovadora, ele amargou ontem uma derrota em Itaipava. Ainda na reunião matutina, o romancista criticou um parágrafo que previa a nacionalidade brasileira para portugueses. Amado queria estender esse privilégio aos negros africanos.

Ele fundamentou a proposta em comovente apologia do negro. Depois da exposição o escritor baiano pediu licença para se retirar da reunião antes de a matéria ser votada.

No meio da tarde, ao regressar de Petrópolis, Jorge Amado encontrou a Comissão discutindo a possibilidade de negociação da multiplicidade de nacionalidade para atender a cidadãos originários da América Latina, de Portugal e da África portuguesa. A essa altura Jorge Amado



Sepúlveda Pertence na reunião da Comissão Arinos

foi informado de que sua proposta não fora acolhida pela Comissão.

O relator da Comissão Arinos, Cândido Mendes, apresentou a emenda da multiplicidade de nacionalidade como sendo sugerida pelo Itamaraty. Acrescentou que a proposta atenderia aos altos interesses do Brasil. Jorge Amado então voltou à carga, lamentando não ter participado da votação da manhã e terminou por qualificar como uma lástima a decisão dos seus pares.

Isso levou o relator a lamentar o ocorrido e a anunciar que a situação seria atenuada através da proposta de múltipla nacionalidade. Pelo regimento da Comissão, não é possível revogar proposta depois de aprovada. Mesmo assim, o protesto de Jorge Amado não ficou em vão. A Comissão se sentiu aliviada quando votou emenda de Ferro Costa que universalizou a possibilidade de o Brasil negociar nacionalidade.

A emenda aprovada foi esta: "A lei disporá sobre manutenção de nacionalidade brasileira, independentemente da reciprocidade apesar da aquisição de outra. O Brasil, mediante tratado, poderá vir a admitir a multiplicidade de nacionalidade com qualquer País do seu interesse.

A comissão desistiu de aprovar proposta de artigo que daria o direito do voto aos brasileiros maiores de 16 anos. O primeiro a se manifestar contra a sugestão foi o sociólogo Bolver Lamounier, que logo recebeu o apoio de Jorge Amado. Pesou a favor da tese o argumento de Cláudio Lacombe segundo o qual ao adquirir o direito de votar com essa idade o cidadão correria o risco de assumir responsabilidade penal.